

STUART MILL E O IDEALISMO SEMÂNTICO DE HOBBS E LOCKE¹

Stuart Mill, Locke, Hobbes, language, meaning, sign

Lúcio Lourenço Prado²

RESUMO

O artigo aborda a crítica de J. S Mill no início *System of Logic* ao idealismo semântico que caracterizou a teoria da linguagem da modernidade anglo-saxônica, a saber, a tese de que a referência imediata das palavras são as ideias e não as coisas mesmas. Embora, em linhas gerais, as semânticas de Hobbes e Locke converjam, na medida em que defendem que o significado das palavras são entidades mentais, elas divergem em pontos importantes: a semântica de hobbes é *inferencial* ao passo que a de Locke é *referencial*. Mill, em sua crítica, tomará o texto de Hobbes como alvo e contra ele dirige seus argumentos. Duas questões então se colocam: 1) por que Mill, em sua crítica ao idealismo semântico, dirigiu-se ao *De Corpore* do Hobbes e não ao Livro III dos *Ensaaios acerca do entendimento humano* de Locke, obra posterior e consideravelmente mais elaborada, ao menos no que tange à semântica idealista? 2) Seria o argumento de Mill capaz de refutar de forma igualmente eficaz a semântica referencial de Locke? O presente artigo defende que a resposta à segunda questão é negativa e, como consequência, sugere uma resposta possível, e natural dentro do contexto, para a primeira questão.

Palavras-chave: Stuart Mill. Locke. Hobbes. Linguagem. Significado. Signo.

ABSTRACT

The article discusses J. S Mill's criticism in the early *System of Logic* to the semantic idealism which characterized the theory of language in Anglo-Saxon modernity, to wit, the thesis which the immediate reference of words are ideas and not things themselves. Although, in general terms, the semantics of Hobbes and Locke converge, insofar as they defend that the meaning of words are mental entities, they diverge in important points: Hobbes's semantics is inferential whereas Locke's is referential. Mill, in his critique, will take Hobbes' text as a target and direct his arguments against him. Two questions then arise: 1) why Mill, in his critique of semantic idealism, turned to Hobbes's *De Corpore* and not to Book III of Locke's *Essays Concerning Human Understanding*, a later and considerably more elaborate work, at least regarding idealist semantics? 2) Would Mill's argument be able to refute Locke's referential semantics equally effectively? This article argues

¹ <https://doi.org/10.51359/2357-9986.2023.260717>

² Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). E-mail: lucioprado@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3277-7231>.

that the answer to the second question is negative and, consequently, suggests a possible and natural answer within the context to the first question.

Key-words: Stuart Mill. Locke. Hobbes. Language. Meaning. Sign.

INTRODUÇÃO

Se for permitido falar em termos de “escolas filosóficas”, não resta dúvidas que a filosofia anglo-saxônica, representada na contemporaneidade pelos chamados filósofos analíticos, constituem a mais longa escola de pensamento ainda viva, uma vez que vem se desenvolvendo ao longo dos séculos por meio de movimentos que se remontam, em última análise, ao nominalismo medieval. A despeito das ‘viradas’ que costumam ser reivindicadas por aquele que não estão dispostos a prestar contas com a história da filosofia, é possível identificar momentos em que, dentro de debates comuns, se estabelecem, não propriamente viradas, mas graduais modificações conceituais que acabam, por vezes após gerações, apontando os caminhos que as discussões filosóficas seguirão tempos depois. Certamente, comparar, por exemplo, o nominalismo de Ockham com a filosofia analítica de Dummett parecerá algo sem muito sentido ou algum tipo de “forção de barra”. Mas reconstruir o nexos histórico de alguns problemas, partindo da teoria do significado de Ockham, assentada na linguagem natural do pensamento, passando pelos signos inferenciais de Hobbes, os signos referenciais de Locke, até a teoria da conotação de Mill e, a partir daí, chegar a uma concepção de filosofia (ao menos a filosofia primeira) como análise lógica da linguagem, nos mostrará um sentido de continuidade onde não há propriamente rupturas ou recomeços, mas desenvolvimentos sutis e contínuos de acabam remetendo a origens comuns.

É dentro deste contexto mais amplo que se insere o problema aqui abordado: a teoria da linguagem de Mill, edificada a partir do conceito de *conotação*, por um lado, rompe com muitos dos pressupostos idealistas e psicologizantes marcantes na modernidade anglo saxônica, e, por outro, abre caminho para a formulação de questões que serão centrais na filosofia analítica, que terá seu advento décadas depois - em grande parte, é verdade, por conta da ‘interferência’ do alemão Frege. Nesse sentido, quando se bus-

ca as origens da filosofia contemporânea e os elementos responsáveis pela transição entre a modernidade e a contemporaneidade, compreender o alcance teórico e histórico da crítica de Stuart Mill ao idealismo semântico torna-se de fundamental importância, uma vez que será a partir dela que o nexo das teorias *objetivas* do significado se estabelecerá. Os nomes significam por possuírem conteúdos semânticos objetivos e não por remeterem a conteúdos mentais privados e subjetivos. Está é a chave que se altera, e é a partir dessa mudança de perspectiva que a filosofia da linguagem do século XX acabou, em grande medida, se estabelecendo.

O que chama a atenção, todavia, na leitura das páginas iniciais do *Sistema de Lógica*, é o fato de Mill direcionar seus argumentos em favor da objetivação do significado tomando a teoria do signo de Hobbes como contraponto, citando, inclusive, passagens marcantes do livro I do *De Corpore*. Entretanto, sabemos que a obra moderna que mais influenciou os debates sobre o significado dos nomes foi o Livro III dos *Ensaio sobre o entendimento humano* de John Locke. Em linhas gerais, tanto Hobbes, quanto Locke, defendem o que podemos hoje³ chamar de *semântica psicológica*, uma vez que ambos reivindicam serem as ideias das coisas, e não as coisas mesmas, o significado imediato dos signos. No entanto, o fazem de maneira substancialmente distintas. Na realidade, o próprio conceito de *signo* se altera drasticamente de um autor para o outro. Sendo assim, o presente ensaio busca refletir sobre a crítica milliana ao idealismo semântico no sentido de compreender porque Hobbes, e não Locke, foi escolhido por Mill como contraponto à sua própria teoria objetiva do significado e, além disso, se a mesma crítica milliana seria também eficaz se aplicada à teoria lockeana do significado.

MILL FILÓSOFO DA LINGUAGEM

O *Sistema de Lógica* de Stuart Mill é uma obra que tenta de várias maneiras ‘despsicologizar’ o empirismo após todo um período em que o idealismo foi a principal pedra de toque balizadora do debate filosófico anglo-saxônico. Num movimento ainda incipiente e errático, compartilhado por

³ Digo “hoje” porque a expressão “semântica” é anacrônica aos modernos.

vários contemporâneos seus em muitos aspectos, Mill busca oferecer uma fundamentação lógica para as ciências, apostando todas as fichas no potencial supostamente objetivo da indução e numa recolocação do papel da linguagem no limiar da lógica. Em meados do século XIX, Mill pôde já ter clareza das consequências inevitáveis empirismo idealista que encontrou sua formulação mais influente nos *Ensaaios acerca do entendimento humano* de Locke: buscar a fundamentação das ciências a partir da consideração dos processos envolvidos na aquisição e produção de ideias por parte dos sujeitos psicológicos leva inevitavelmente ao ceticismo e ao relativismo científico. Hume não foi um acaso, mas o desdobramento coerente das teses mais elementares da teoria do conhecimento lockeana, fundada em ideias simples e necessariamente empíricas, que são como ‘ingredientes’ para a produção de ideias complexas, sempre de forma imanente às consciências de cada sujeito.

Mill tem outro projeto, embora permanecendo fiel a muitos pressupostos caros à filosofia anglo-saxônica. Sem abrir mão de um empirismo radical (que desembocará, em última análise no liberalismo...), o autor busca a fundamentação do conhecimento e das ciências num *Sistema de lógica*, e não num *Ensaio acerca do entendimento humano* ou um *Tratado da natureza humana*. Mill ensina a fundamentar as ciências por meio da objetividade lógica e não por meio das faculdades subjetivas do pensamento privado, e o fará mantendo-se integrado a toda tradição da filosofia anglo-saxônica desde Ockham pelo menos: voltando-se para a linguagem. A conta de Mill é a seguinte: a lógica trata da verdade, e verdade e falsidade são valores que somente se aplicam a *proposições*. Essas são signos complexos, constituídos por meio da significação, valor, conteúdo (*import*) dos termos simples que se articulam num conteúdo objetivo e unitário (MILL, 1974 p. 20). O sentido de uma proposição é único, embora composto pela articulação do sentido de outros termos. Assim, numa espécie de atomismo semântico, o significado complexo das proposições se decompõe até o significado de termos menos complexo que são os nomes. Sendo assim, o autor entende que toda reflexão acerca da fundamentação (agora lógica) das ciências deve passar, em última análise, por uma teoria semântica elementar que verse sobre o significado dos nomes. Menos psicologia e mais lógica; e no limiar da lógi-

ca, a semântica. Este é o percurso que Mill obedece no *System of logic*, o que faz com o Livro I dessa obra seja, em muitos sentidos, um tratado à parte no qual o autor estabelece em muitos e importantes sentidos os termos dos debates acerca da linguagem e significado que se darão nas décadas seguintes.

A base na qual Mill fundamenta sua teoria do significado objetiva é a teoria da conotação. O autor reduz o significado objetivo dos nomes a categorias que se embasam numa metafísica realista na qual propriedades reais se enlaçam na constituição de um conteúdo objetivo comunicável. Nomes *denotam* objetos porque *conotam* propriedades que qualquer objeto deverá possuir para ser apto a receber um nome e ser por ele referido. Nisso consiste a significação dos nomes, nas propriedades reais e objetivas por eles conotadas, critérios e condições capazes de filtrar no mundo todos os objetos nomeados. O significação do nome não está propriamente no objeto que ele nomeia, mas o conteúdo informativo conota, constituído pelas propriedades das coisas reais. E será o reconhecimento dessas propriedades nos objetos que os farão como que ‘aptos’ a serem nomeados pelo termo em questão. Nomes denotam objetos porque conotam propriedades (MILL, 1974, p. 30). Diferentemente dos *nomes próprios* que são arbitrários e, portanto, não significativos por si próprios, uma vez que necessitam de um ‘auxílio mental’, de uma associação psicológica entre o nome e a coisa (MILL, 1974, p.31). Nomes conotativos significam por eles mesmos, porque enunciam propriedades objetivas e reais das coisas, e não porque são referidos a alguma entidade mental que se encarregará de realizar o processo significativo. Este movimento de despsicologização do significado contribui sobremaneira para a decadência do idealismo tão marcante durante a modernidade.

CRÍTICA AO CONCEITUALISMO

Para poder levar a cabo sua teoria do significado objetiva, ancorada no conteúdo conotado pelos nomes, Mill precisou ‘limpar o caminho’, ou seja, refutar aquilo que estamos chamando aqui de *idealismo semântico*. Mill não quer que o significado dos nomes seja reduzido a associações de ordem psicológicas nem a *hábitos humeanos*. Não deve haver um sujeito

psicológico exercendo função ativa no processo de estabelecimento do significado. Por isso, como preliminar à sua teoria dos nomes, Mill apresenta duras crítica ao que ele chama de *conceitualismo*, a tese segundo a qual o significado imediato das palavras são *ideias* e não as *coisas* mesmas. Mill utiliza como alvo de sua crítica uma passagem marcante do Livro I do *De Corpore* de Hobbes:

Um nome é uma palavra empregada ao arbítrio do homem, para que seja uma marca pela qual se possa suscitar na mente um pensamento semelhante a um pensamento passado, e que, dispostas na oração, e pronunciada aos outros, seja signo de qual pensamento teve ou não teve aquele que a proferiu (HOBBS, 2009, p.43)⁴.

Mill oferece sua discordância, mas em muitos sentidos concordando com o filósofo moderno:

A simples definição de nome como uma palavra (ou conjunto de palavras) que preenche o duplo propósito de um símbolo para suscitar em nós a semelhança de uma ideia anterior e um signo para fazê-la conhecida de outras pessoas parece irrefutável. Na verdade, os nomes fazem muito mais do que isso, mas qualquer coisa que façam provém e é resultado desta dupla propriedade... (MILL, 1974, p. 25).

Pode-se dizer, com base no texto, que Mill não considera a teoria do significado hobbesiana propriamente errada, mas incompleta. Os signos cumprem, de acordo com Mill, a dupla função de ser uma *símbolo* (na verdade a expressão correta é *marca*, como veremos adiante) capaz de fazer-nos recordar ideias semelhantes em nossas mentes, e um sinal para comunicá-las aos demais sujeitos, para que esses realizem um processo semelhante ao do falante: recordar ideias armazenadas em sua própria memória. A esta tese Mill reserva a expressão “irrefutável”. Porém, para Mill, as palavras e o discurso não fazem só isso, não têm somente este propósito de ser um instrumento de comunicação das próprias ideias aos interlocutores. O discurso também serve para comunicar o conteúdo de nossas *crenças*, e essas referem-se, ao menos majoritariamente, ao mundo exterior às consciências, ao mundo físico. Sendo assim, quando se fala, por exemplo, “sol”, é sobre o sol real e existente fisicamente no mundo que se busca enunciar algo

⁴ As citações estão traduzidas para manter a unidade idiomática do texto.

no discurso articulado, não à ideia de sol na mente dos falantes, embora esse falantes, certamente, deverão pensar no sol ao enunciar seu nome.

Se somente se quer dizer que o conceito apenas, e não a própria coisa, é evocado pelo nome ou comunicado ao ouvinte, não há condição para que seja negada (a tese de Hobbes). Todavia, parece haver boas razões para se aderir ao senso comum e designar com a palavra *sol* o nome do sol e não da nossa ideia de sol. Pois os nomes não têm somente a finalidade de fazer o ouvinte conceber o que concebemos, mas também de informa-lo do que cremos. Ora, quando uso o nome com o propósito de expressar uma crença, é da crença que diz respeito à coisa em si, e não à crença na minha ideia a respeito dela, que quero falar. Quando digo “o sol é a causa do dia”, não quero dizer que a ideia de sol causou e provoca em mim a ideia do dia, ou, em outras palavras, que pensar no sol me faz pensar no dia. O que quero dizer é que um certo acontecimento físico, denominado a presença do sol (que em última análise se reduz a sensações, não ideias), provoca outro fenômeno físico denominado dia (MILL, idem, p.25)

Mill escreve um *Sistema de lógica*. Está buscando, em última análise, fornecer um suporte teórico capaz de balizar os atos de crença (MILL, idem). Crença é o que fundamenta o juízo de verdade (MILL, idem). Existem, para ele, verdades intuitivas e imediatas, proveniente da experiência sensível, e verdades inferidas, sobre as quais direcionamentos nossos atos de crença (MILL, idem, p. 6). Assim, a lógica deve fornecer subsídios capazes de estabelecer se essas crenças são bem atribuídas e se há indícios fortes o suficiente para estabelecer sua verdade (a partir do nosso juízo) (MILL, idem. P. 7). Por este motivo, resulta claro que Mill necessita acomodar em sua teoria do significado elementos que não preocupavam Hobbes de forma direta. Hobbes tem muito claro que a linguagem é o instrumento imprescindível para o estabelecimento de todos os acordos envolvidos no pacto social. Sem ‘troca de ideias’ não há contrato e, conseqüentemente, aos olhos do autor, não há sociedade civil nem Estado. Por este motivo, Hobbes dedica algumas páginas para a linguagem logo no início do *Leviatã* (HOBBS, 1839. P. 18). Portanto, a linguagem concebida com fundamentalmente instrumento de interação intersubjetiva importa mais ao filósofo moderno do que ao autor do *Sistema de Lógica*. Por isso, embora todo discurso deva, necessariamente, estar submetido a instâncias, em última análise mentais, não é sobre o conteúdo mental dos sujeitos que se fala costumeiramente na comunicação

linguística, mas somente em casos muito específicos quando se quer deliberadamente expressar seus estados mentais. Mill está escrevendo um *Sistema de lógica*, portanto, é sobre o discurso proposicional e sobre a viabilidade e correção dos atos de crença como atribuidores de valores de verdade que seu olhar se direciona. O discurso como instrumento do pacto social deve priorizar a troca de ideias, mas o discurso da ciência deve transcender o universo psíquico dos falantes e ter um alcance real, deve chegar ao mundo, deve falar do mundo mesmo, e não de nossas representações. Por este motivo classifico a teoria milliana do significado como um *realismo semântico*.

HOBBS: SIGNIFICAÇÃO INFERENCIAL

Para chegarmos ao ponto que interessa aqui mais especificamente, a saber, a aderência ou não da crítica de Stuart Mill do idealismo semântico à teoria do significado de John Locke, faz necessário apontar alguns pontos de convergência e, principalmente, de divergência entre os *signos* hobbesianos e lockeanos. Começamos expondo alguns aspectos marcantes da teoria do significado de Thomas Hobbes, expostas no segundo capítulo do livro I do *De Corpore*, denominado *Calculo ou Lógica*. Em linhas muito gerais, Hobbes defende neste livro que os raciocínios são, em última análise, como cálculos, que nossa razão é como uma processadora de raciocínios. Ela deve, no entanto, sempre ser municiada com conteúdos que são necessariamente adquirido via sentidos. Esta razão calculadora realiza seu trabalho por meio de raciocínios que vão dos efeitos às causas ou, inversamente, das causas aos efeitos (HOBBS, 2009, p. 21). Tal é, pois, o fio condutor do conhecimento racional: identificação de nexos causais, ou seja, a partir dos efeitos dados, *inferir* suas causas e, a partir de causas dadas, *inferir* seus efeitos (HOBBS, *idem*, p. 19).

Não interessa aqui adentrar mais profundamente nas minúcias da teoria do conhecimento e no estatuto da razão calculadora de Hobbes, mas apenas salientar que autor leva seu princípio da *inferência das causas* para sua teoria do significado, e por isso a chamamos aqui de *teoria inferencial do significado*. Se retomarmos a passagem do *De Corpore*, citada por Mill no *Sistema de lógica* e aqui reproduzida, notaremos que é este o cerne do

processo significativo para Hobbes: ouvintes devem inferir o que o falante está pensando com base no conteúdo de suas falas. Hobbes acrescenta: “*em que sentido que o som da palavra pedra é signo de uma pedra senão que quem tiver ouvido esse som depreende que o falante havia pensado numa pedra*” (HOBBS, idem. P. 45). É este, pois, o sentido de uma teoria do significado *inferencial*: a partir do signo deve-se inferir algo, e tal inferência tem um fundamento prioritariamente causal. O falante pensar na pedra foi a causas da enunciação do signo por ele, ou seja, a palavra dita na boca do falante é um *efeito* do seu pensamento. O efeito é o signo da causa e este é inferido por ela. Sendo assim, pode-se dizer, de junto com Hobbes, que a fumaça é um signo do fogo. Podemos não estar vendo o fogo, mas inferimos sua presença por meio da fumaça visível. De forma análoga, não percebemos pelos sentidos as ideias nas mentes dos outros sujeito, mas a inferimos por meio de suas falas que são audíveis.

O que chama a atenção na teoria do significado inferencial de Hobbes é que ela, de fato, não permite nenhuma explicação plausível acerca da conexão dos signos com o mundo sensível exterior, nem mesmo como mediadores mentais (ou conceituais) entre as palavras e o mundo. O signo somente chega no mundo por uma via tortuosa. Pelo signo se infere a ideia na mente do falante, mas para inferir que o falante pensa numa pedra real, é necessário outro processo inferencial distinto: se alguém está pensando numa pedra, deve ser por referência a uma pedra real, mas isso não é necessário, uma vez que podemos pensar ideias de coisas não reais, como quando representamos quimeras ou, honestamente, acreditamos em coisas fantasiosas. Em suma, de acordo com o modelo semântico hobbesiano, os signos não são *representantes* dos objetos que significam, mas tão somente *premissas* que permitem inferir o conteúdo mental de outros sujeitos, uma vez que esses conteúdos não são acessíveis de forma imediata e sensível.

É importante salientar, todavia, que as palavras exercem para Hobbes uma dupla função, dois usos distintos, um *privado* e outro *público*. Em primeiro lugar, são *marcas (notae)* necessárias à organização dos nossos pensamentos. Todos os nossos conhecimentos se armazenam na memória na forma de ideias, e essas são muitas, de modo que não podem todas serem atuais em nossas mentes finitas. Sendo assim, utilizamos as palavras priva-

damente, tal como pastas de um grande arquivo, para que possamos organizar nossos pensamentos. Por outro lado, usamos essas mesmas palavras também como *signos* (*signa*) para que possamos transmitir aos interlocutores o conteúdo de nossos pensamentos (HOBBS, *idem*, p. 41). Se, em seu uso público, como *signo*, as palavras são premissas capazes de se fazer inferir o conteúdo privados das mentes, em seu uso privados são como rótulos por meio dos quais *marcamos* ideias semelhantes e as armazenamos na memória. Este é, pois, o duplo uso das palavras aos quais Mill se referiu. De acordo com Mill, como foi visto acima, as palavras exercem essas duas funções, mas exerce também uma terceira, que é a comunicação do conteúdo de nossas crenças acerca das coisas do mundo exterior, o que as dotariam de um caráter realista e uma conexão com o mundo real.

LOCKE: SIGNIFICAÇÃO REFERENCIAL

Mais acima foi mencionado que as teorias do significado de Hobbes e Locke podem ser enquadradas no que estamos chamando de *idealismo semântico*, uma vez que ambas preconizam que o significado primeiro e imediato das palavras são entendidas mentais. Também Locke salienta no início do Livro III dos *Ensaaios acerca do entendimento humano* o papel primordial da linguagem como instrumento do pacto social, uma vez que “*o consolo e benefício da sociedade não poderia ser obtido sem a comunicação de ideias*” (LOCKE, 1999, p.387), e essas não são comunicáveis por si próprias. Diferentemente de Hobbes, no entanto, para quem a formação do estado civil é como que uma corrupção da natureza humana, Locke mantém que a socialização humana é algo absolutamente natural, pois “*Deus, tendo proposto que o homem fosse uma criatura social, o fez não só com a necessidade de manter laços de camaradagem com os da sua espécie, mas também lhe concedeu a linguagem*” (LOCKE, *idem*, p. 388). Isso porque sem a linguagem não seria possível ao homem exercer sua natureza social, uma vez que todo contrato exige necessariamente ‘troca de ideias’, e essas, por não serem comunicadas por si mesmas, uma vez que não são percebidas pelos sentidos, devem ser comunicadas por meio de *signos*. Por uma contingência, todavia, o homem possui a capacidade de formar sons articulados e esses acabaram

servindo de forma bastante satisfatória o fim se serem *signos sensíveis* das *ideias insensíveis* (LOCKE, *idem*).

Apesar das convergências que as teorias do significado dos dois autores modernos mantém (que não são poucas nem de pouca importância), em termos mais específicos, ambas teorias divergem de forma contundente: o signo lockeano é *referencial* e não *inferencial* como o signo de Hobbes. Isso significa que, em Locke, os signos são verdadeiros representantes dos objetos, como que substitutos de seus referentes, não são premissas que possibilitam que esses sejam inferidos. O signo lockeano perde o aspecto *causal* e *inferencial* presente no signo hobbesiano. O signo agora é um *representante* de seu referente, um substituto. As inferências e outros procedimentos que possibilitam o processo significativo, em Locke, já estão previamente estabelecidos por acordos tácitos. Os homens concordam “secretamente” que falam da mesma coisa e que suas ideias são análogas (LOCKE, *idem*, p. 391). Eu sei que meu interlocutor pensa no que fala não porque o infiro a partir do signo mesmo, mas porque existem regras tácitas estabelecidas entre os falantes que determinam essas relações e impõem que as palavras são “substitutos sensíveis das ideias insensíveis”. A relação entre ideia e palavra não é inferencial, mas simbólica, representativa, referencial. Palavras são “sinais sensíveis das ideias” (LOCKE, *idem*, p. 390)

É digno de nota que Locke também identifica o duplo uso mencionado por Hobbes e acatado por Mill: palavras organizam nossos pensamentos e os comunicam aos demais humanos. No entanto, o fazem exercendo um único processo significativo, ou seja, em ambos contextos, como *signos*. Locke abandona a distinção hobbesiana entre *marca* e *signo*. Palavras são sempre *signos*, seja em sua público ou privado, seja para organizar as ideias na mente ou comunica-las aos demais sujeitos. O motivo disso, todavia, é o fato de que Locke não aceita o caráter inferencial do signo hobbesiano. Sua semântica não se assenta diretamente nas categorias de *causa* e *efeito* nem de inferência. Ao invés disso, o signo lockeano tem sua função mais aparentada com a *marca* hobbesiana. São, por um lado, como rótulos aplicados aos referentes, uma vez que são arbitrários (LOCKE, *idem*, p. 389) e, por outro, os substituem no discurso, passando-se por eles.

Será, todavia, no final dos *Ensaio acerca do entendimento humano*, no último capítulo do último livro, que Locke oferece a chave para a compreensão de como se dá a conexão indireta entre os signos e as coisas externas às consciências, uma vez que, direta e imediatamente, os signos referem-se às ideias na mente de quem fala. Importante notar que no livro III, sempre que enuncia a tese de que os nomes referem-se à ideias, o autor tem o cuidado de enfatizar que as ideias são os significados **imediatos** dos nomes, mas não que sejam seus significados **exclusivos**. E este é o ponto: os signos referem-se sim às coisas exteriores, porém indiretamente, por meio da **mediação** de uma entidade mental, em última instância, da ordem dos conceitos. E isso está enunciado de forma clara e explícita por Locke no final de sua grande obra: as ideias são *signos* ou *representações* das coisas (LOCKE, idem, p. 717-18)). Temos, pois, como que um cadeia simbólica, onde as ideias são signos das coisas, isto é, são representantes, substitutos das coisas na mente, e as palavras são signos dessas ideias. Desta forma, claro que está que, **indiretamente**, as palavras referem-se as coisas, mas mediadas por uma instância da ordem dos conceitos. Desimpregnado de todo contexto idealista e psicologizante do tempo em que escreveu e do qual Locke não pôde estar alheio, podemos notar que o esquema de três instâncias, no qual palavras significam coisas por meio de uma mediação conceitual, assemelha-se ao que foi estabelecido por Frege exposto no *Sobre sentido e referência* (FREGE, 1960, p. 50-65). Frege e Locke discordam num ponto fundamental, referente à possibilidade de pensarmos conteúdos que sejam objetivos, ou seja, conteúdos que possam ser pensados por várias mentes distintas, que têm como que uma ‘existência extra-mental’. Platonicamente, Frege defende que sim, que pensamos conteúdos objetivos comuns, e Locke defende que não, que todas as ideias são imanentes à consciência. Porém, do ponto de vista do esquema significativo em três instâncias, onde uma é física, outra simbólica, e outra da ordem dos conceitos, parece compartilhado em muitos aspectos pelos dois autores, o que coloca Locke mais próximo, não só temporalmente, da filosofia posterior e das questões relativas as teorias do significado em décadas e séculos posteriores do que seu antecessor autor do *Leviatã*.

MILL: DENOTAÇÃO E SEMÂNTICA REFERENCIAL

A questão sobre a qual nos propomos aqui a refletir refere-se à crítica de Stuart Mill ao idealismo semântico de Hobbes. Por que Hobbes foi escolhido por Mill em sua crítica, uma vez que a teoria do significado de Locke, além de mais recente, colocou em outros termos o próprio conceito de signo? Seria igualmente eficaz a crítica de Mill se aplicada à teoria do signos presente no livro III dos *Ensaio acerca o entendimento humano*? Para responder tais questões se fazem necessárias algumas considerações importantes. A primeira refere-se aos motivos que levam Mill a refutar o idealismo semântico. Mill entende que é a lógica, e não propriamente a psicologia, quem deve fornecer os primeiros fundamentos de quaisquer ciências, uma vez que “*a maior parte do nosso conhecimento, tanto de verdade gerais como de fatos particulares, consiste em inferências*” (MILL, idem, p. 7), donde se depreende que “*a totalidade, não apenas da ciência, mas também do comportamento humano está sob autoridade da lógica*” (MILL, idem). E isso fará toda diferença, pois Mill está prioritariamente preocupado como a atribuição de valores de verdade, do fundamento dos juízos de verdade. É verdade lógica e não as ideias simples que são ‘processadas’ pela mente formando ideias mais complexas e, posteriormente, o nexos proposicional. A proposição, em Mill, é protagonista e é em função dela que a teoria do significado deve se estabelecer. “*O valor (import) das palavras deve ser o primeiro objeto de consideração dos lógicos porque, sem isso, não se pode conhecer o valor das proposições. E a proposição é o primeiro objeto que se apresenta no limiar da lógica*” (MILL, idem). Os atos de crença, mencionados mais acima, têm por objeto conteúdos proposicionais. Este é um movimento importante que faz com que Mill tenha ao menos um pé na filosofia contemporânea: compreender que a teoria geral dos nomes deve ter por meta fornecer a base para o estabelecimento de uma teoria geral das proposições. Para o autor, a lógica está na base e fornece fundamento para a produção de conhecimentos em todas as ciências. Porém, ela deve estar assentada numa teoria geral da proposição, uma vez que somente se enuncia verdades na forma de proposições e só a elas, verdadeiramente, se pode atribuir os *verdade* ou *falsidade*. “*O que, por um cômodo abuso de um termo*

abstrato chamamos de verdade, significa tão somente uma proposição verdadeira, e os erros são proposições falsas” (MILL, idem, p. 92-92). Sendo assim, o percurso que os nomes devem obedecer até chegar às coisa do mundo passa pelo sentido proposicional, na forma de enunciação de verdades objetivas acerca do mundo. Os processos psíquicos envolvidos na aquisição, formulação e enunciação de verdades, embora certamente presentes, deixam de ser relevantes para os propósitos de Mill, pois o nexos proposicional é, por si só, capaz de estabelecer a relação da linguagem com o mundo que ela busca descrever. Mill está esboçando já uma postura que se consolidará décadas depois na forma do chamado antipsicologismo lógico. Embora os processos subjetivos ocorram necessariamente em qualquer inferência que se realize, ou em qualquer nomeação que se faça, compreendê-los e demonstrar seus fundamentos não é indispensável para a fundamentação lógica da linguagem. Na crítica à Hobbes mencionada mais acima Mill é contundente nesse aspecto. É como se dissesse: “sim, de fato todos esses processos mentais ocorrem quando utilizamos a linguagem, mas ocorrem outras coisa mais, de ordem lógica, e é por essas que me interesse”.

O segundo ponto a ser salientado refere-se ao próprio conceito de *signo*. Como foi visto acima, os signos têm estatutos distintos em Hobbes e Locke, sendo um *inferencial* e outro *referencial*. O primeiro funciona como premissa que permite concluir algo como sendo seu significado e o segundo é um representante, substituto da entidade que denota. Ora, para os propósitos de Hobbes, que, como dissemos, tem por meta prioritária a fundamentação do contrato, o pressuposto de que a linguagem deve ser um mecanismo de trocas de ideias, de exteriorização do conteúdo mental é inegociável. O signo inferencial de Hobbes faz todo sentido. Meu interlocutor precisa saber o que estou pensando e vice-versa para que se possa dar qualquer acordo. No entanto, quando a fundamentação da linguagem e do significado tem por meta próxima a fundamentação do discurso científico, como é certamente o caso de Mill no *Sistema de lógica*, os signos inferenciais não resolvem os problemas. Primeiramente porque o estatuto das inferências e a validade das regras que as fundamentam é aquilo que se quer alcançar num sistema de lógica como o de Mill. E a teoria do significado, como quer Mill, está na base, nos princípios mais fundamentais da lógica. É, portanto, anterior às inferên-

cias. É necessário já lidar com as palavras e seus significados para inferir qualquer coisa. Dentro do contexto do *Sistema de lógica* isso parece ser inegociável. Conhecimento para Mill são somente de duas classes: *intuitivo* e *inferido*. Tudo que é inferido está sob autoridade da lógica, e a lógica está assentada primeiramente numa teoria geral do significado. Logo, a teoria geral do significado não pode, em Mill, estar assentada em processos inferenciais.

Por fim, cabe ressaltar que Mill apresenta no seu *Sistema de lógica* uma teoria do significado bastante ousada e profícua, baseada nas categorias de *conotação* e *denotação*. “*Nomes denotam objetos porque conotam propriedades*” (MILL, idem. p. 31). Nesse sentido, na classificação que faz dos nomes, ele tem o cuidado de definir *nomes concretos* como nome de objetos e *nomes abstratos* como nome de propriedades dos objetos (MILL, idem. p. 29), aquelas mesmas que são conotadas pelos nomes conotativos. Por exemplo: “branco” conota a propriedade da brancura e denota os objetos brancos, aqueles que possuem tal propriedade. Assim, “brancura” é um nome abstrato, nome da propriedade, e “branco” é um nome concreto, nome dos objetos brancos. Ora, não há propriamente inferência no processo de significação e reconhecimento do significado, mas em última na análise, há constatação empírica - intuitiva, sem mediação lógica, nos termos de Mill - de que um determinado objeto possui determinada propriedade. Em suma, não é associação psicológica, tampouco inferências baseadas em relações causais. Há sim o que pretende ser uma teoria objetiva do significado. Dentro deste contexto, parece claro que o signo de Mill é *referencial*, ele denota, tanto objetos como propriedades de objetos.

Diante do exposto, parece que a crítica de Mill à teoria idealista do significado, tomando o modelo de Hobbes como contraponto, não leva em conta a distinção fina entre signo *referencial* e *inferencial*, e por isso, não se atenta que há uma incoerência em afirmar que Hobbes tem razão com relação ao duplo uso, privado e público, da linguagem em seus processos significativos mais elementares e que peca somente por não ter abarcado a exteriorização de nossas crenças que versam sobre o ‘mundo real’. Nomes, de acordo com a organicidade mesma da teoria milliana do significados, são

referenciais, representantes simbólicos do objetos (ou propriedades) que denotam, e não premissas de sutis inferências.

Recebido em 04/06/2023

Aprovado em 19/06/2023

REFERÊNCIAS

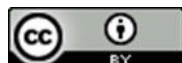
FREGE, G. Translation from the philosophical writings of Gottlob Frege, Basil Blackwell, Oxford, 1960.

HOBBS, T.: *Do Corpo, Parte I, Cálculo ou lógica*. Edição bilíngue, Tradução: Limongi, M. I. e Moreira, V. C.; Editora Unicamp, Campinas, 2009.

HOBBS, T.: *Leviathan*, Ed. John Bonh, London, 1839

MILL, J. S.: *System of logic ratiocinative and inductive*, University of Toronto Press, Toronto, 1974

LOCKE, J.: *An essay concerning human understanding*, Pennsylvania State University, 1999.



Esta obra está licenciada com uma Licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).